



**Plano Estratégico do Município de Rio Grande – RS**  
**PEM-RIG**

**TERMO DE REFERÊNCIA - TR**

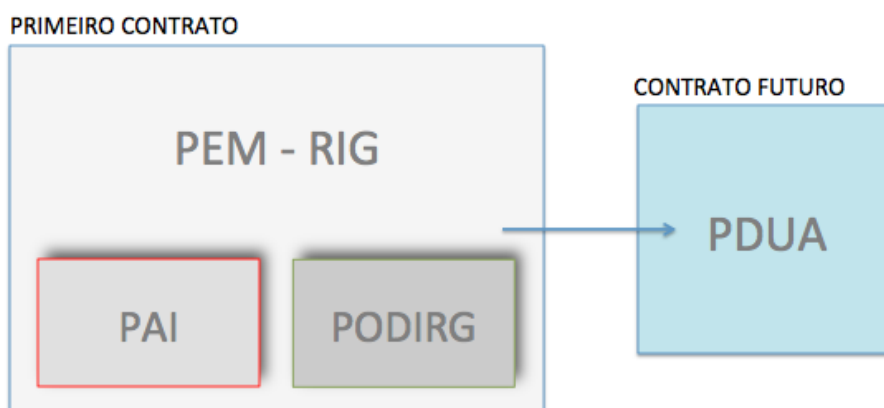
O presente Termo de Referência - TR tem a finalidade de orientar a elaboração do **Plano Estratégico do Município de Rio Grande/RS – PEM-RIG**.

Destina-se, portanto, a:

- Apresentar informações necessárias à completa compreensão do trabalho a ser executado;
- Possibilitar aos promotores, Prefeitura Municipal de Rio Grande e Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN, esta também como contratante, o acompanhamento e a avaliação das conclusões e propostas, de acordo com as fases de desenvolvimento dos trabalhos;
- Organizar o processo de transferência de conhecimento entre os representantes dos promotores e os representantes da contratada, durante a etapa de elaboração do Plano Estratégico do Município de Rio Grande– PEM-RIG;
- Permitir o esclarecimento de dúvidas e resolver eventuais controvérsias que possam surgir entre as partes, contratante e contratada.

Do ponto de vista geral, o Termo de Referência serve de guia à formatação dos trabalhos técnicos do Plano Estratégico do Município de Rio Grande – PEM-RIG.

O Plano Estratégico do Município de Rio Grande – PEM-RIG, por sua vez, será o marco orientador da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Rio Grande - PDDUA, entendido como a espacialização das diretrizes estratégicas definidas. O PEM-RIG deve incluir o Plano de Ação e Investimentos - PAI, que identificará as prioridades, estimativas de valores e fontes das ações indispensáveis para a consecução das diretrizes estratégicas; e o Plano de Ordenamento das Áreas no Entorno Porto/DIRG/Cassino – PODIRG.





## SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

### **1. Introdução**

- 1.1. *Embasamento Legal*
- 1.2. *Planejamento Estratégico de cidades e regiões*
- 1.3. *O Plano Estratégico Municipal*
- 1.4. *Elementos Básicos para o Planejamento Estratégico de Rio Grande*

### **2. Justificativa**

- 2.1. *Caracterização da Região do Polo Naval de Rio Grande*
- 2.2. *Caracterização do Município de Rio Grande*
- 2.3. *Rio Grande e a perspectiva de futuro*

### **3. Objetivos e metas do PEM-RIG**

- 3.1. *OBJETIVOS GERAIS do Plano Estratégico do Município de Rio Grande*
- 3.2. *OBJETIVOS ESPECÍFICOS do Plano Estratégico do Município de Rio Grande*
- 3.3. *OBJETIVOS ESPECÍFICOS do Plano de Ordenamento das Áreas no Entorno Porto/DIRG/Cassino – PODIRG*
- 3.4. *OBJETIVOS ESPECÍFICOS do Plano de Ações e Investimentos - PAI*

### **4. Aspectos metodológicos**

- 4.1. *Atividade A: Consolidação do Plano de Trabalho - PEM-RIG*
- 4.2. *Atividade B: Consolidação das informações para o planejamento e análises setoriais*
- 4.3. *Atividade C: Elaboração do Plano Estratégico*
- 4.4. *Atividade D: Seminário do Plano Estratégico*
- 4.5. *Atividade E: Elaboração de relatórios finais e do Projeto de Lei Complementar Municipal – PEM-RIG*
- 4.6. *Eixos “Gestão, coordenação, comunicação, eventos e animação” e “Mecanismos de consulta pública”*

### **5. Resultados e Cronograma**

### **6. Equipes**

- 6.1. *Equipe permanente*
- 6.2. *Equipe eventual*
- 6.3. *Consultorias*

### **7. Estimativa de Custos – Anexo 1**

### **8. Cronograma físico e de Desembolsos – Anexo 2**

### **9. Legislação em vigor e referências técnicas - Anexo 3**



## **1. INTRODUÇÃO**

### ***1.1. Embasamento Legal***

Concorrência Pública de técnica e preço, na forma estabelecida na Lei 8666/93.

### ***1.2. Planejamento estratégico de cidades e regiões***

Planejamento estratégico é originalmente um instrumento de gestão de empreendimentos que, em função de seus bons resultados, tem sido adaptado para uso em outras situações, inclusive planejamento de cidades e regiões. A razão principal de seu sucesso na gestão de empresas provavelmente reside no fato de estas serem organizações fortemente estruturadas e voltadas a um propósito reconhecido por todos que dela participam. Essa característica de harmonia interna faz com que a definição de estratégias reforce as probabilidades de alcançar os fins desejados e promove a participação ativa e criativa de todos os envolvidos. A adaptação dos conceitos estruturais do planejamento estratégico para uso em planejamento urbano e regional não é tarefa trivial, e a principal causa é justamente a falta de homogeneidade interna da cidade ou região a planejar. A consequência é a dificuldade de identificar objetivos, propósitos, metas, assim como delinear níveis mínimos de harmonia e estrutura interna.

Com efeito, a população de uma cidade ou região está longe de constituir uma organização coesa que compartilha os mesmos propósitos e opera segundo uma estrutura hierárquica reconhecível por todos. Ao contrário, uma cidade ou região é uma vasta estrutura socioeconômica multipropósitos, grandemente descentralizada e altamente complexa na sua organização interna. Além disso, ao contrário de uma empresa onde a ação de cada colaborador é pautada por uma lista de atribuições contratuais, os habitantes de uma cidade são livres e assim fazem o que querem quando querem, apenas pautados por códigos de comportamento que geralmente definem os limites da legalidade.

Uma cidade ou uma região não pode ser otimizada nos termos que geralmente se usam para definir o desempenho de uma empresa ou mesmo de um setor. Coerente, mas ainda submisso a esse quadro geral, o planejamento urbano tem tradicionalmente adotado uma dentre duas possibilidades: a) uma posição mais normativa, é dizer, constituindo um arcabouço de regras mínimas a serem atendidas pelos agentes públicos e privados em suas ações, assumindo que a iniciativa por essas ações depende mesmo de cada agente, que não podem ser coordenados para além desse quadro de regras básicas, ou b) uma posição mais ativa de formulação de objetivos e de alocação de recursos voltados a desenvolver parte do sistema urbano ou regional, porém restrito ao âmbito de competência e atuação do poder público. Assim, os chamados Planos Diretores (normativos) e Planos de Investimento ou de Desenvolvimento (públicos) tentam atuar na busca de um mínimo de coordenação na ação dos inúmeros agentes envolvidos na produção e transformação do território e da sociedade urbanas, os primeiros restringindo os graus de liberdade dos agentes privados através das normas, os segundos produzindo estruturas físicas e operativas que possam suportar e potencializar as ações dos agentes privados.



Esses dois sistemas de ação de planejamento tradicionais têm sido extensivamente utilizados aqui e em muitos lugares com relativo sucesso. Seus limites parecem ser justamente a sua circunscrição ao âmbito da ação governamental, quer dizer, são sistemas de planejamento que assumem, de alguma forma, uma separação hierárquica e operacional entre sociedade e Estado. Os planos daí derivados, embora possam envolver consultas aprofundadas e sistemáticas aos agentes sociais fora do Estado, ainda são planos governamentais por excelência, que, em primeiro lugar buscam organizar a ação pública (investimentos, políticas, etc.) e em segundo buscam conduzir geralmente através de constrangimentos, a ação dos agentes privados de forma vagamente convergente.

O planejamento estratégico nutre a esperança de poder avançar na ação de coordenação entre os agentes sociais e econômicos urbanos e regionais, e, assim, potencializar os efeitos multiplicadores e diminuir as externalidades. Básico, para isso, é justamente conceber a ação de planejamento de forma mais integrada e abrangente, supondo que seja possível encontrar oportunidades de cooperação entre o poder público e os agentes privados, envolvendo objetivos comuns e ações coordenadas no tempo e no espaço. A definição genérica dada por Güell (1997) sugere as principais características:

“O planejamento estratégico pode ser definido como uma forma sistemática de administrar a mudança e de criar o melhor futuro possível para uma cidade. Mais especificamente, o Planejamento Estratégico é um processo criativo que define as bases de uma atuação integrada no longo prazo, estabelece um sistema permanente de tomada de decisões que comporta riscos, identifica cursos de ação específicos, formula indicadores de acompanhamento sobre os resultados e envolve os agentes sociais e econômicos locais ao longo de todo o processo.” (José M. Fernández Güell - *Planificación Estratégica de Ciudades*)

Com efeito, qualquer conceito de planejamento estratégico envolve integrar os diferentes agentes transformadores (mas não necessariamente todos), envolve fazer escolhas e assumir riscos inerentes a essas escolhas, além de envolver a constituição de uma base sistemática de tomar decisões e acompanhar o desempenho. A questão principal aqui colocada é justamente a arte de envolver os agentes, fazendo com que o planejamento decorrente deixe de ser apenas e meramente estatal (sem nenhum demérito à condição real e necessária da presença do estado no planejamento) para passar a ser parte do mecanismo de atuação de pelo menos parte dos agentes privados, que, nessa nova perspectiva, deixam de ser entidades abstratas manejadas à distância por meios de regulamentos ou incentivos, e passam a ser co-operadores e responsáveis.

A definição permite supor a possibilidade de se produzir objetivos e metas comuns a todos, ou à maioria dos agentes sociais e econômicos, semelhante à noção de “máquina de crescer” (Logan J, Molotch H., 1993. *The city as a growth machine*, in Fainstein&Campbell (ed) Readings in Urban Theory; Oxford, Blackwells). Esta seria uma situação, supostamente recorrente, de convergência de interesses de diferentes agentes sociais e econômicos urbanos para o crescimento urbano. O planejamento estratégico pressupõe “desenvolvimento” como elemento de convergência do interesse dos agentes e aposta no poder de convencimento dessa perspectiva. É claro que a noção de desenvolvimento não é exclusiva nem foi inventada no interior do conceito de P.E., entretanto o que há de novo nela é a perspectiva de cooperação mais efetiva entre agentes e consequentemente de melhores resultados.





Em qualquer circunstância e usando qualquer metodologia, o Planejamento Estratégico de cidades ou regiões sempre trata de dois temas inexoravelmente conectados: O desenvolvimento econômico e a qualidade de vida.

Do ponto de vista econômico a chave está no posicionamento competitivo frente ao conjunto das cidades do mundo, do país ou da região.

Do ponto de vista da qualidade de vida o resultado final expressa a “escolha” dos padrões e modelos adotados pela comunidade.

Do conjunto das escolhas resultarão os planos de ação para atingi-las e, os planos físicos – como o Plano Diretor – que definem e regulam o uso do espaço, a infra-estrutura, as edificações e os deslocamentos de pessoas e bens. São diretrizes e normas de “Espacialização” das decisões estratégicas.

Os três principais instrumentos que configuram o planejamento urbano ou regional na perspectiva estratégica são, assim, o Plano Estratégico, o Plano de Ação e o Plano Diretor, onde cabe ao primeiro o papel de raiz orientadora dos outros dois.

### ***1.3. O Plano Estratégico Municipal***

Como ficou sugerido, planejamento estratégico de cidades e regiões envolve identificar e conciliar diferentes visões acerca do seu estado e do seu futuro, e por “diferentes” se refere não a visões individuais, necessariamente, mas sínteses representativas dos segmentos da sociedade. Importa, então, reconhecer essas sínteses e trazê-las para o conhecimento dos demais segmentos, como forma de encaminhar possíveis articulações e formulações comuns.

Visões sintéticas de diferentes segmentos sociais não implicam, entretanto, realidades diferentes, ao contrário; na verdade, cada segmento interpreta uma mesma realidade, que pode estar representada com maior ou menor precisão, segundo seus valores, conveniências e interesses. Assim, os planos estratégicos compartilham com os planos ditos tradicionais a necessidade de uma representação do estado do sistema, por assim dizer, ou da realidade segundo padrões objetivos suficientes para permitir intercâmbio entre agentes e translação de conceitos, análises e avaliações. Consequente com isso, o Plano Estratégico do Município de Rio Grande deverá contar, a partir de seu início, com uma descrição suficientemente abrangente e sintética do estado dos seus principais subsistemas, de maneira a suprir aos agentes participantes uma base objetiva de fundação de suas próprias descrições, análises e avaliações. Além disso, como é óbvio, é indispensável a leitura e compreensão da inserção do município nas estratégias da sua região, assim como a conexão dos seus subsistemas internos aos sistemas regionais, nacionais e internacionais.



#### **1.4. Elementos básicos para o Planejamento Estratégico de Rio Grande**

##### **BASE DESCRITIVA DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO**

A descrição de estado do município de Rio Grande e da sua região de influência, a ser produzida como primeiro passo na direção da produção do PEM-RIG, deverá conter quadros e apresentações sintéticas dos seguintes subsistemas:

- a) Economia, sistema produtivo, competitividade, inovação, grandes projetos e demandas;
- b) Qualidade de vida, demografia, serviços, desenvolvimento social, desenvolvimento cultural e capital social;
- c) Sistema urbano, atividades, espacialidade, organização territorial, mobilidade e infraestrutura;
- d) Ambiente natural, áreas de sensibilidade, interação com o urbano, passivos e perspectivas.
- e) Sistema urbano e operacional do Entorno Porto/DIRG/Cassino identificando as necessidades do ponto de vista das demandas atuais e as tendências, assim como as inconsistências e conflitos presentes, seja no âmbito endógeno, seja nas conexões com os sistemas municipais e regionais.
  1. Áreas e usos atuais e para expansão – Porto, indústria, armazenagem, carga e descarga, áreas residenciais, áreas livres de reserva e de expansão;
  2. Sistemas de macro-logística e de logística interna do DIRG. Condições atuais e perspectivas versus as redes de circulação existentes;
  3. Sistema de mobilidade urbana frente às necessidades dos usos industriais, portuário, residencial e de serviços: necessidades, estruturação, conflitos atuais e potenciais.
  4. Avaliação de capacidade e traçado dos acessos rodoviários e ferroviário ao porto;
  5. Avaliação de acessos hidroviários;
  6. Condições de conexões com os sistemas de mobilidade regionais, e de forma particular as condições de interligação com São José do Norte;
  7. Zoneamentos;
  8. Ambiente natural, áreas de conflito, necessidades de preservação.

Estas descrições deverão proporcionar uma caracterização sintética e comparativa do município e da região nos cenários estadual, nacional e internacional, de maneira que permita aos agentes uma percepção clara dos problemas e oportunidades.

As informações produzidas nessa etapa deverão ter o nível de profundidade necessária para a tomada de decisão quanto às definições do Plano de Ação e Investimentos – PAI.

O Plano de Ordenamento das Áreas no Entorno Porto/DIRG/Cassino – PODIRG, requer informações em nível de detalhamento e profundidade compatíveis com tomadas de decisão normativas.



### **ESCOPO DO PEM-RIG**

As definições básicas para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico (PEM-RIG) são aquelas que definem abrangência, escala, classificação, grau de autonomia e alcance, como segue:

- a) O PEM-RIG deverá ter abrangência tal que permita a qualquer segmento social e qualquer setor da economia se fazer representar e se ver considerado nas decisões;
- b) O PEM-RIG deverá se ater à escala do Município no que diz respeito à eleição de objetivos, definição de metas, fixação de prazos e alocação de recursos, privilegiando uma visão integrada;
- c) O PEM-RIG deverá sempre referenciar o Município de Rio Grande à sua região de influência e à Aglomeração Urbana do Sul - AUSUL;
- d) O PEM-RIG deverá buscar referências em outras cidades, no país ou fora dele, consideradas relevantes como parâmetros de desempenho, especialmente aquelas com tipologias semelhantes. Deve ter como objetivo a formulação de suas decisões e escolhas comparativamente a esses parâmetros;
- e) O PEM-RIG deverá considerar todos os planos anteriores existentes (**anexo 3**)
- f) O PEM-RIG deverá ter legitimidade para servir de referência às decisões dos diferentes agentes (administração pública de diferentes níveis, setores da economia, segmentos sociais);
- g) O Plano Estratégico – PEM-RIG – terá como primeiros produtos a proposta de diretrizes gerais de desenvolvimento e das diretrizes setoriais delas decorrentes;
- h) Dentre as diretrizes setoriais, será tratado de forma especial pela relevância e oportunidade, o Plano de Ordenamento das Áreas no Entorno Porto/DIRG/Cassino – PODIRG.
- i) O PODIRG deverá buscar referências em outras áreas portuárias, no país ou fora dele, consideradas relevantes como parâmetros de desempenho, especialmente aquelas com tipologias semelhantes.
- j) O Plano de Ordenamento das Áreas no Entorno do Porto de Rio Grande, Distrito Industrial e Praia do Cassino – PODIRG – terá como primeiro produto a proposta de diretrizes setoriais de desenvolvimento;
- k) O Plano de Ação e Investimentos - PAI elencará e especificará as intervenções necessárias e indispensáveis à execução das diretrizes anteriormente definidas, estruturando a dinâmica de prioridades e chegando até à estimativa e fontes de investimentos;
- l) Em conjunto, o PEM-RIG, o PAI e o PODIRG resultarão em diretrizes para o Plano Diretor Urbanístico e Ambiental – PDUA tanto em sua função de regulação quanto de incentivos ao desenvolvimento.



## **2. JUSTIFICATIVA**

### ***2.1. Caracterização da Região do Polo Naval de Rio Grande:***

O Polo Naval de Rio Grande está localizado na região sul do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rio Grande e São José do Norte. Foi visando uma janela de oportunidade propiciada pela expansão da exploração marítima de petróleo e gás que o Governo Federal decidiu reconstruir a indústria naval brasileira, usando as demandas da PETROBRAS e da TRANSPETRO (subsidiária da PETROBRAS responsável pelo transporte marítimo de óleo e gás e terminais portuários) como garantidoras de um mercado com sustentabilidade mínima de encomendas de uma década. É nesse contexto que o Polo Naval e Offshore da cidade do Rio Grande se insere.

Tem foco, também, voltado às empresas que trabalham com a ova e desova de contêineres no processo de importação e exportação, além de todas as atividades ligadas ao desenvolvimento da região sul do Estado.

A região do Polo Naval de Rio Grande, tem um privilegiado ambiente de tráfego naval, devido ao calado existente e ao fato da rede hidroviária do Estado ter a ligação ao Oceano pelo canal. Agrega-se a isto a excelente condição das áreas de retroporto que viabilizam grandes movimentações logísticas, de estocagem e de processamento industrial. A extensão de frentes de atracação abrigadas e a grande área de retroporto fazem do Porto de Rio Grande o segundo melhor do Brasil, abaixo, apenas, do de Santos – SP.

" Polo Naval de Rio Grande, com seus 20 mil empregos, dois grandes estaleiros em funcionamento, e outros dois se instalando, especializado na produção de plataformas para produção de petróleo em alto-mar. É um projeto que uniu os governos federal e estadual, universidades, indústrias e fornecedores. Um projeto que está se alastrando ao longo das hidrovias internas do estado, distribuindo outras indústrias em municípios como Charqueadas, Pelotas e Porto Alegre. Transportarão módulos de plataformas, peças que pesam 500, 600 toneladas. O renascimento no porto de Rio Grande, local que oferece condições adequadas para este tipo de construção – calado de 17 metros de profundidade-, além de ligação através da Laguna dos Patos, com vários outros rios do interior gaúcho, começou com a plataforma P-58, entregue em 2008, pelo consórcio Quip, reúne grandes construtoras como Queiroz Galvão e Camargo Corrêa, além da IESA, entre outros.

Depois foi a vez da Engevix Construções Oceânicas, com o Estaleiro Rio Grande, mais recentemente a Wilson Sons, e o Estaleiro Atlântico Sul. O Polo Naval de Rio Grande vai construir sondas para perfuração em alto mar, além das plataformas e dos cascos. *(Por Najjar Tubino)*

### ***2.2. Caracterização do Município de Rio Grande***

O município de Rio Grande está localizado no sul do Rio Grande do Sul, às margens do canal que liga a Laguna dos Patos ao Oceano Atlântico. Esta localização estratégica despertou o interesse dos colonizadores (portugueses e espanhóis) já no século XVIII, quando foi fundada oficialmente a vila





do Rio Grande de São Pedro, em 19 de fevereiro de 1737. Em 1760, com a criação da Capitania do Rio Grande de São Pedro, a vila se transforma em capital.

Desde sua origem Rio Grande teve sua economia organizada a partir das atividades portuárias definindo desta forma sua posição estratégica no cenário nacional e até mesmo mundial.

Ao iniciar-se o século XIX, a Vila do Rio Grande de São Pedro havia se transformado no principal centro de comércio - legal e ilegal - da Capitania. O movimento portuário condicionou o crescimento sócio-econômico e a modernização urbana da antiga Comandância Militar.

Segundo Martins (2006), Rio Grande compõe hoje um mosaico de formas espaciais, que se justapõem nos diferentes períodos industriais. As transformações formais da paisagem são, assim, resultantes das diferentes funções assumidas pelo lugar nos novos rearranjos estruturais. As sucessivas inserções na composição histórico-produtiva imprimem características particulares ao meio técnico e à paisagem. Ao combinar áreas dinâmicas e abandonadas, suscita a elaboração de diretrizes condizentes com a retomada do planejamento consciente das particularidades do lugar e da recuperação de sua história urbano-industrial.

As áreas existentes do complexo portuário, formado por três portos – Porto Velho, Porto Novo e Super Porto – possuem moderna estrutura operacional, equipamentos de última geração e alto grau de automação.

### ***2.3 Rio Grande e a perspectiva de futuro***

A consolidação do Porto do Rio Grande como concentrador de cargas do Mercosul, o colocou na posição de um dos mais importantes portos do mundo, 'rub' do sistema global de circulação e logística integradora. É favorecido, como antes observado, por seu sítio portuário protegido, com águas profundas, amplos espaços físicos para operação de carga, descarga, estocagem e industrialização, inserido numa região econômica geradora de grandes e crescentes fluxos de cargas de diferentes tipos.

Obras recentes resultam numa melhoria significativa nas condições de navegabilidade e diminuição de dragagens de manutenção, com a possibilidade de entrada de navios de maior capacidade de carga e descarga e geração de empregos nas diversas frentes. O início da construção naval em São José do Norte acelera as intenções de construção de ligação a seco entre os dois municípios, seja em túnel ou ponte. Muitas indústrias de apoio à atividade naval e logística se estabelecem na região.

Essas e tantas outras iniciativas estão afetando intensamente a dinâmica econômica, social e espacial do município que busca, com determinação, suprir deficiências de infraestrutura, moradias, ofertas comerciais, de saúde, educação, etc.

Mas se há ameaças, é inegável que em muito maior dimensão o município de Rio Grande vive um



momento de oportunidades. Deixou de ser um local deprimido, com uma população com baixa autoestima para se transformar num polo alavancador na economia do Estado como um todo e grande responsável pelo novo ciclo de crescimento da sua região de influência.

O município depara-se com a urgência.

Paira sobre a população de Rio Grande o “Fantasma de Macaé”, o pequeno município de economia rural do estado do Rio de Janeiro que após o início da exploração de petróleo da Bacia de Campos, na década de 1970, passou a atrair milhares de pessoas sem ter se estruturado para isto. As consequências iniciais foram graves em perda de qualidade de vida, colapso de infraestrutura e de serviços públicos.

Claro que a situação de Rio Grande em 2013 é muito diferente da Macaé de 1974. Comparação absolutamente inadequada, diga-se a bem da verdade. Mas seja como for, a expectativa de acréscimo populacional é de mais de 50% no período de 10 anos. Isto é muito e não há outro município importante no estado que chegue perto disto. O impacto já é sentido, embora os benefícios diretos dos empreendimentos, especialmente na geração de renda e de impostos, tenha permitido ao poder público realizar alguns incrementos modernizadores.

Apesar disso, o crescimento está previsto para continuar e os reflexos se darão, como já se observa, na demanda por áreas de expansão, acompanhada pela necessária infraestrutura.

A área urbana do município, que durante alguns séculos praticamente restringiu-se à sua pequena península, sofre forte pressão por transbordamento. O porto, que a partir da metade do século XX se estendeu em direção ao mar com a criação do Superporto, reclama por mais área e estrutura, especialmente na área retroportuária. O pacato e simpático balneário do Cassino já incorporou-se à estrutura regular de moradias, comércios e serviços que antes se restringia somente à área central.

Essas demandas e movimentos já tornaram evidente que estes três elementos estruturadores do município não suportam mais a estagnidade. Muito em breve serão um todo contínuo.

Diante disto, cabe à sociedade O DEVER DE PENSAR SUA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO, para que se eliminem os conflitos previsíveis, deem-se condições de desenvolvimento das funções urbanas de forma harmônica, em vista ao crescimento econômico associado à qualidade de vida da população.

O Planejamento Estratégico aqui proposto pelo poder público deve criar as condições para que a sociedade escolha seu futuro e defina as estratégias e as ações para atingir seus objetivos. O resultado desse esforço deve ser o marco referencial dos investimentos futuros, tanto dos agentes públicos quanto dos privados para as próximas décadas.



### **3. OBJETIVOS E METAS DO PEM-RIG**

#### **3.1. OBJETIVOS GERAIS do Plano Estratégico do Município de Rio Grande:**

- Construir uma visão de futuro consensual e compartilhada, independente das diferenças políticas, sociais, econômicas, religiosas ou de outra natureza, que representam, no seu conjunto, a sociedade.
- Fixar a Identidade do Município definindo seu posicionamento frente ao conjunto de grandes cidades do mundo.
- Estabelecer a visão de futuro do município para um horizonte de no mínimo 20 anos, capaz de orientar os planos, programas e projetos.
- Definir as estratégias que orientarão as ações e normas indispensáveis ao atingimento da visão.
- Definir as diretrizes para o modelo de desenvolvimento do Município, constituído por estratégias, instrumentos de gestão e plantas de ordenamento do crescimento urbano.

#### **3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS do Plano Estratégico do Município de Rio Grande:**

- Definir a Visão de Futuro do Município com horizonte em 2030;
  - Posição econômica – no estado, no país e no mundo;
  - Qualidade de Vida – condição de vida futura da população de Rio Grande
- Definir as macro-estratégias de Ação para atingir a visão;
- Definir as estratégias setoriais para atingir a visão;
- Estabelecer as diretrizes estratégicas para o Plano de Ação;
- Estabelecer as Prioridades e Metas articuladas a um cronograma de desenvolvimento das ações;
- Formular o Plano de Ação e Investimentos - PAI
- Formular o Plano de Ordenamento das Áreas no Entorno Porto/DIRG/Cassino – PODIRG;
- Fixar as principais métricas de acompanhamento e controle do processo de desenvolvimento estratégico;
- Pactuar o sistema de gestão do PEM-RIG.

#### **3.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS do Plano de Ordenamento das Áreas no Entorno Porto/DIRG/Cassino - PODIRG**



- Definir as macro-estratégias de ação, visando:
  - Redução de conflitos urbanos: falta de mobilidade *versus* crescimento demográfico, evitando invasões de áreas do porto, Distrito Industrial e entorno;
  - Estabelecimento de novos zoneamentos;
  - Previsão de áreas de expansão industrial e portuária;
  - Previsão de áreas de expansão para zonas residenciais;
  - Previsão de áreas de expansão para carga e descarga;
  - Previsão de áreas de prestação de serviços;
  - Previsão de novo local para travessia de balsa e hidroviária;
  - Organização, previsão, hierarquização e manutenção de acessos rodoviários ao porto; com avaliação de capacidade;
  - Organização, previsão, hierarquização e manutenção de acesso(s) ferroviário(s) ao porto; com avaliação de capacidade;
  - Organização, previsão, hierarquização e manutenção de acesso(s) hidroviário(s) ao porto; com avaliação de capacidade;
  - Organização, previsão, hierarquização e manutenção das malhas de transporte que interligam o porto com sua *hinterlândia*;
  - Organização, previsão, hierarquização e manutenção da malha viária, visando a macrologística e a logística-intra do DIRG;
  - Estratégias econômicas: investimentos em infraestrutura de transporte como geradores de renda e atividade econômica;
  - Estratégias ambientais: reconhecimento e preservação das áreas definidas como prioritárias de conservação.

Produtos: Plano de ordenamento com mapas de distribuição espacial, diagramas analíticos da estrutura espacial, indicação de áreas públicas e privadas (DIRG e entorno), áreas de preservação. Indicadores analíticos de eficiência e equidade dos sistemas urbanos segundo as variáveis escolhidas. Mapas de caracterização de ambientes característicos, conflitos urbano/ambientais e passivos ambientais.

### **3.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS do Plano de Ações e Investimentos - PAI**

- Identificar os investimentos necessários para a implantação das diretrizes estratégicas do PEM-RIG e do PODIRG;
- Criar um quadro de prioridades de investimentos tendo em vista as escalas de necessidades e precedências.
- Fazer as estimativas de valores dos investimentos;





- Propor alternativas de fontes de recursos para os investimentos.

*São Objetivos para médio prazo, em contrato subsequente, posterior à elaboração do PEM-RIG:*

- Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Rio Grande – PDUA.



## 4. ASPECTOS METODOLÓGICOS



A elaboração do PEM-RIG deverá ocorrer em um prazo de 12 (doze) meses, a contar da contratação.

O processo de elaboração do PEM-RIG compõe-se de 5 etapas (Atividades) e 2 eixos transversais de ações, como apresentado acima, e deverá constar, basicamente, dos seguintes produtos:

### **4.1 Atividade A: Consolidação do Plano de Trabalho**

A partir da contratação, a equipe permanente do PEM-RIG, deverá se reunir com o corpo técnico da contratante para a consolidação do Plano de Trabalho e do cronograma de execução das atividades técnicas. A consolidação deverá detalhar as atividades como:

- Plano de trabalho das análises setoriais incluindo atualizações de dados, sínteses, relatórios e estruturação de apresentações, contendo as etapas de trabalho, o detalhamento das atividades, produtos correspondentes e os procedimentos a serem adotados.
- Metodologia de trabalho em grupo para realização do Plano, incluindo definição de atores, formas de articulação com a comunidade, agenda de reuniões, assembléias, audiências.
- Estrutura e formato dos relatórios e apresentações finais.

Também será definida a forma de participação das instâncias consultivas e deliberativas da estrutura do Sistema de Planejamento Municipal.

Essa atividade deverá ser realizada em 30 (trinta) dias e culminará com a entrega de um relatório técnico com a pauta dos assuntos discutidos e o material consolidado.



#### ***4.2 Atividade B: Consolidação das informações – Análises Setoriais***

A partir da agenda de trabalho estabelecida a Contratada deverá organizar os subsídios técnicos para as diversas etapas de desenvolvimento do PEM-RIG. Devem ser atualizados e consolidados os dados do município, assim como os indicadores gerais para o conjunto da Região. Deverão ser levantados os indicadores de tendência de inserção do município nos cenários estadual, nacional e internacional. Igualmente serão feitos relatórios de inserção e tendência do desenvolvimento mundial com perspectiva de posicionamento do Brasil em cenários alternativos. As informações serão consolidadas, serão feitos cruzamentos dos dados e formulados gráficos de tendência. Todo o material gerado nessa etapa será estruturado para apresentações públicas e para divulgação e deverá ser entregue na forma de relatório, de forma a se constituírem nas referências para as etapas de formulação do PEM-RIG. Essa etapa será concluída em 120 (cento e vinte) dias.

As áreas objeto são:

#### **ECONOMIA, SISTEMA PRODUTIVO, COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO, GRANDES PROJETOS E DEMANDAS;**

1. Natureza do Trabalho: Avaliação socioeconômica e análise de cenários alternativos para o município de Rio Grande.
2. Objetivos: Produzir diagnóstico prospectivo da economia do município.
3. A Contratada deverá apresentar um relatório técnico contendo, no mínimo, a relação do corpo técnico responsável, com as respectivas habilitações e funções; o planejamento e a metodologia a ser empregada na execução dos trabalhos referentes a este produto. A Contratante analisará o relatório e emitirá parecer aprovando, ou não, o planejamento e a metodologia a ser utilizada. Somente após a aprovação da Contratante é que a Contratada poderá iniciar os trabalhos.

##### **3.1. Integração regional**

- 3.1.1. Relações e conexões inter e intra urbanas na escala local (cidade, DIRG, porto, Cassino e municípios vizinhos), escala regional e estadual, nacional e internacional para todos os modais, rodoviário, ferroviário, aéreo, fluvial e marítimo;
- 3.1.2. Relações comerciais, de lazer, educacionais e de saúde com os municípios vizinhos;
- 3.1.3. Diretrizes estratégicas definidas pelo Governo Federal e pelo Estado para a Região e Município

##### **3.2. Economia**

- 3.1.4. Informações econômicas que diagnostiquem a matriz econômica, suas potencialidades, fragilidades e oportunidades de desenvolvimento;
- 3.1.5. Legislação urbanística frente à dinâmica econômica. Adequação ou fatores inibidores ao desenvolvimento dos setores econômicos e à formação e legalização de empresas.



4. Produtos: Análise da dinâmica socioeconômica do município de Rio Grande a partir de um diagnóstico baseado na formação de clusters e aglomerações econômicas relevantes. Previsão de crescimento da economia local, grandes projetos, potencial competitivo e de inovação. Análise de interação da economia local com o estado e região, bem como papel estratégico em escala nacional e internacional, privilegiando o Mercosul. Todo o material gerado nessa etapa, inclusive os levantamentos de campo, deverá ser entregue de forma a se constituir em referência para as próximas etapas ou formação de acervo técnico.

## **QUALIDADE DE VIDA, DEMOGRAFIA, SERVIÇOS, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA;**

1. Natureza do trabalho: Partindo da distribuição espacial da população, descrita por segmentos socioeconômicos e densidade, e da distribuição espacial de postos de trabalho e consumo, serviços e equipamentos de educação, cultura e saúde, este estudo deverá extrair indicadores de oportunidade espacial a empregos e serviços (indicadores de equidade), que comparados a indicadores semelhantes relativos a outras cidades, constituirão um indicador sintético de qualidade de vida no município de Rio Grande. Projeções de crescimento populacional e urbano e análise da dinâmica de migração poderão ser consideradas dentro do mesmo contexto analítico. Qualquer indicador de qualidade de vida deverá levar em conta a segmentação socioeconômica da população, particularmente a etária, importante para definir perspectivas de desenvolvimento futuro.
2. Objetivos: Caracterizar as condições de inserção da população do município desde os pontos de vista espacial e socioeconômico. Buscar o delineamento de sua evolução para um horizonte de 20 anos. Produzir indicadores relevantes para determinar graus de qualidade de vida e produtividade da população.
3. A Contratada deverá apresentar um relatório técnico contendo, no mínimo, a relação do corpo técnico responsável, com as respectivas habilitações e funções; o planejamento e a metodologia a ser empregada na execução dos trabalhos referentes a este produto. A Contratante analisará o relatório e emitirá parecer aprovando, ou não, o planejamento e a metodologia a ser utilizada. Somente após a aprovação da Contratante é que a Contratada poderá iniciar os trabalhos.

### **3.1. Qualidade de vida**

- 3.1.1. Demografia – expectativa de crescimento, faixas etárias e de renda, migração, distribuição familiar, expectativas de inserção no mercado de trabalho.
- 3.1.2. Evolução de indicadores de qualidade de vida.
- 3.1.3. Saúde – Equipamentos, médicos, expectativa de vida, programas de atenção.
- 3.1.4. Educação – Formal básica, profissional, complementar, superior e pesquisa, adequação ao modelo de desenvolvimento.
- 3.1.5. Cultura – Oferta e demanda cultural, oportunidades de inovação.





4. Produtos: Mapas de distribuição espacial da população, postos de trabalho, serviços e equipamentos. Índices analíticos de oportunidade espacial da população a esses subsistemas de emprego e consumo. Indicador sintético de qualidade de vida. Todo o material gerado nessa etapa, inclusive os levantamentos de campo, deverá ser entregue de forma a se constituir em referência para as próximas etapas ou formação de acervo técnico.

### **SISTEMA URBANO, ATIVIDADES, ESPACIALIDADE, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA;**

1. Natureza do trabalho: Tomando os dados sobre distribuição espacial dos estoques residenciais, o estoque de imóveis e a distribuição de empregos, serviços e equipamentos, o estudo setorial deverá produzir indicadores de eficiência e equidade para sua estrutura espacial, caracterização de sua centralidade e padrões de acessibilidade diferenciais. Semelhantemente, tomando a base do sistema existente de transportes, extrair indicadores que qualifiquem o desempenho do sistema, desde o ponto de vista dos usuários e dos operadores. A combinação desses indicadores pode resultar na produção de um indicador sintético de qualidade espacial urbana, aplicável não apenas à situação atual, mas a projeções de futuro da área urbana do município. Indicadores isolados de estrutura espacial e mobilidade podem permitir alguma comparação com outras cidades.

2. Objetivos: Descrever a estrutura espacial urbana do município de Rio Grande com base nas variáveis: sistema viário, sistema de transportes, localização da população, localização dos postos de trabalho, serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos. Produzir, a partir do cruzamento das análises das variáveis, indicadores de desempenho do sistema urbano. Esses indicadores virão a constituir métricas de acompanhamento da evolução endógena ou, em outros casos, métricas de comparação com outras cidades escolhidas como referência. Obter projeções de desenvolvimento futuro relativas à expansão e transformação interna da cidade.

3. A Contratada deverá apresentar um relatório técnico contendo, no mínimo, a relação do corpo técnico responsável, com as respectivas habilitações e funções; o planejamento e a metodologia a ser empregada na execução dos trabalhos referentes a este produto. A Contratante analisará o relatório e emitirá parecer aprovando, ou não, o planejamento e a metodologia a ser utilizada. Somente após a aprovação da Contratante é que a Contratada poderá iniciar os trabalhos.

#### **3.1. Estrutura e Ocupação Urbana**

- 3.1.1. Distribuição Territorial da População: Condições Socioeconômicas; Moradia; Evolução nos Últimos Dez Anos; Áreas com Domicílios em Melhores ou Piores Condições de Infraestrutura;
- 3.1.2. Territórios Ocupados por Comunidades: Tradicionais; Indígenas; Quilombolas; Ribeirinhas; Extrativistas;
- 3.1.3. Localização de Assentamentos Irregulares ocupados por População de Baixa Renda para Implementação da Política de Regularização Fundiária;



- 3.1.4. Caracterização e Distribuição Espacial dos: Comprometimentos dos Recursos Naturais; Fontes de Poluição; Processos Destrutivos dos Recursos Naturais; Conflitos de Usos e Pontos Críticos;
- 3.1.5. Potencialidades e Vulnerabilidades do Meio Físico;
- 3.1.6. Potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria da qualidade da vida urbana;
- 3.1.7. Áreas Habitacionais (reconhecer, localizar e qualificar, inclusive os domicílios vagos identificados em grande número no Censo Demográfico 2010);
- 3.1.8. Áreas comerciais e de serviços;
- 3.1.9. Patrimônio Histórico e Cultural;
- 3.1.10. Recursos de interesse turístico;
- 3.1.11. Centro;
- 3.1.12. Equipamentos urbanos de grande porte que sejam referenciais da cidade (educacionais, saúde, públicos);
- 3.1.13. Parques urbanos e naturais;
- 3.1.14. Equipamentos comerciais de grande porte;
- 3.1.15. Porto e Superporto;
- 3.1.16. Áreas Industriais e Logísticas;
- 3.1.17. Cemitérios;

### **3.2. Zoneamento**

- 3.2.1. Análise do zoneamento do Plano Diretor em vigor do ponto de vista de adequação aos usos, densidades, volumetrias, infraestrutura, sistemas de circulação, conflitos atuais e expectativa com crescimento urbano;
- 3.2.2. Análise, em particular, das Áreas Portuárias e Distrito Industrial face à expectativa de crescimento, considerando áreas de expansão, potenciais conflitos com outros usos, consideração de usos complementares ao sistema logístico e portuário, e também áreas de destinações especiais.

### **3.3. Mobilidade Urbana e Logística**

- 3.3.1. Principais fluxos de transporte de pessoas e cargas nos modais rodoviário, hidroviário e ferroviário e capacidades desses sistemas para atender às necessidades atuais e futuras;
- 3.3.2. Hierarquia viária efetiva (real) versus a hierarquia proposta pelo Plano Diretor Vigente;
- 3.3.3. Pontos de conflito e trechos de congestionamento;
- 3.3.4. Poluição por ruídos e por emissões de gases por veículos em geral;
- 3.3.5. Macro-logística regional (Pelotas/Rio Grande/São José do Norte), em especial as alternativas de travessia a seco para o Município de São Jose do Norte.
- 3.3.6. Eficiência e sustentabilidade futura do sistema logístico analisando a capacidade de movimentação das cargas e eventuais necessidades de expansão das instalações ao longo do horizonte de planejamento;
- 3.3.7. Gargalos do sistema viário para a eficiente atividade do Porto e DIRG;



- 3.3.8. Condições e alternativas para conexões entre a cidade, a área do Porto/DIRG, o Cassino e os sistemas regionais com vistas à maior eficiência e segurança ;

### **3.4. Infraestrutura / saneamento**

- 3.4.1 Recursos hídricos;
- 3.4.2 Saneamento básico;
- 3.4.3 Drenagem urbana;
- 3.4.4 Resíduos sólidos;
- 3.4.5 Energia e iluminação pública.

### **3.5 Sedes de distritos e núcleos urbanos em áreas rurais**

- 3.5.1 Núcleos Urbanos ou Distritos - Analisar as ocupações urbanas na área rural do Município, identificando seus limites, usos, e potencialidades;
- 3.5.2 Identificação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos para o agroturismo e ecoturismo;
- 3.5.3 Identificação do potencial de crescimento.

4. Produtos: mapas de distribuição espacial, diagramas analíticos da estrutura espacial, indicadores analíticos de eficiência e equidade dos sistemas urbanos segundo as variáveis escolhidas. Todo o material gerado nessa etapa, inclusive os levantamentos de campo, deverá ser entregue de forma a se constituir em referência para as próximas etapas ou formação de acervo técnico.

## **AMBIENTE NATURAL, ÁREAS DE SENSIBILIDADE, INTERAÇÃO COM O URBANO, PASSIVOS, PERSPECTIVAS.**

1. Natureza do trabalho: Uma descrição da interface entre ambiente natural e urbano poderá identificar as zonas de vulnerabilidade e de crise eventualmente existentes, tanto no que diz respeito à capacidade de suporte do solo e do meio, como de conflito entre demandas urbanas e ambientais concorrentes. Indicadores clássicos, como produção de CO<sub>2</sub>, consumo energético, podem igualmente contribuir para descrever a situação atual e tendências de impactação do meio ambiente.
2. Objetivos: mapear as zonas problemáticas de interface entre desenvolvimento urbano e segmentos vulneráveis do ambiente natural. Produzir indicadores de desempenho ambiental do sistema regional/municipal, notadamente produção de CO<sub>2</sub> e consumo energético. Examinar evolução esperada do sistema urbano e da interface ambiental.
3. A Contratada deverá apresentar um relatório técnico contendo, no mínimo, a relação do corpo técnico responsável, com as respectivas habilitações e funções; o planejamento e a metodologia a ser empregada na execução dos trabalhos referentes a este produto. A Contratante analisará o relatório e emitirá parecer aprovando, ou não, o planejamento e a metodologia a ser utilizada. Somente após a aprovação da Contratante é que a Contratada poderá iniciar os trabalhos.



3.1 Identificação as áreas urbanizadas e não urbanizadas do território municipal, permitindo definir os limites preliminares de urbanização e de preservação dos elementos naturais - digitalizados em bases cartográficas adequadas, além do inventário da ocupação do solo e dos projetos aprovados obtido pelo levantamento bibliográfico de fontes documentais essenciais e as recomendações dos planos diretores setoriais (planos de mobilidade urbana, habitação, saneamento ambiental, projeto urbanístico do DIRG, dos parques eólicos, etc.;

3.2 Usos do solo e identificação da fragilidade dos componentes ambientais.

3.3 APPs, APAs e outras áreas de preservação.

4. Produtos: mapas de caracterização de ambientes característicos, conflitos urbano/ambientais e passivos ambientais. Indicadores de desempenho. Todo o material gerado nessa etapa, inclusive os levantamentos de campo, deverá ser entregue de forma a se constituir em referência para as próximas etapas ou formação de acervo técnico.

## **RELATÓRIOS E APRESENTAÇÕES SINTÉTICAS**

1. Natureza do trabalho: Os estudos setoriais deverão produzir os insumos acima descritos com o propósito de elaboração de uma descrição sintética do município de Rio Grande atual, com derivação para cenários mais prováveis, relativamente a atratividade para recursos humanos qualificados, investimentos e atividades produtivas, e por outro, de obstáculos, potenciais e demandas qualificadas.

2. Objetivos: Oferecer aos agentes participantes do processo de elaboração do PEM-RIG uma visão articulada e integrada do município e de suas perspectivas de futuro desde os pontos de vista de desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental. Combinar estudos setoriais em descrição sintética suficientemente conclusivas e instrumentais para o desenvolvimento ulterior do trabalho.

3. Produtos: Relatórios sintéticos. Vídeo e/ou slide-show com material ilustrativo, produzido em linguagem corrente e de fácil entendimento. Indicadores integrados. Painéis síntese para exposições em audiências públicas.

### **4.3. Atividade C: Elaboração do PEM-RIG, do PAI e do PODIRG**

A atividade eixo da realização do PEM-RIG, do PAI e do PODIRG deverá acontecer em, no mínimo, 4 workshops de dois dias onde os participantes inscritos realizarão as etapas principais do planejamento estratégico, dirigidos por uma equipe de facilitadores especializados em condução de grupos. Serão produzidas a matriz SWOT, definição da visão, projeções futuras, formulação de estratégias gerais e setoriais, definição de ações e de prioridades, cronogramas de desenvolvimento das ações e fixação das métricas principais de acompanhamento e controle.

Fora do espaço dos workshops serão executadas atividades técnicas em gabinete **local**, de processamento de informações, preparação de apresentações, apoio aos grupos e relatórios.





Também deve ser previsto sistema de comunicação com a comunidade e lideranças onde elas possam opinar e sejam estimuladas à participação. Essa atividade está descrita no item 4.6. A fase de Elaboração do PEM-RIG se desenvolverá por 120 (cento e vinte) dias.

#### **4.4. Atividade D: Seminário do PEM-RIG**

Como finalização do PEM-RIG, a Contratada deverá realizar um seminário final com a presença de atores sociais, agentes institucionais e comunitários, para a apresentação do Plano Estratégico do Município de Rio Grande, onde se utilizará de processos audiovisuais e quaisquer outros meios complementares capazes de esclarecer, dinamizar e facilitar a consolidação dos resultados. O formato do seminário será apresentado pela equipe de coordenação e validado em conjunto com a Metroplan e a Prefeitura Municipal de Rio Grande.

O seminário se constituirá no evento de conclusão da elaboração do PEM-RIG, consagração das propostas perante a comunidade em geral e um compromisso para o setor público responsável pela condução das diretrizes dele exaradas. É o momento, também, de consagrar as relações e responsabilidades das instâncias institucionais do planejamento municipal e o sistema de governança do PEM-RIG.

A atividade de estruturação do Seminário, produção de materiais visuais e realização do evento deverá ser concluída em 45 (quarenta e cinco) dias. A preparação ficará a encargo da equipe de eventos que iniciará seu trabalho pelo menos 90 dias antes.

#### **4.5. Atividade E: Elaboração dos relatórios finais**

Após a realização do Seminário, a Contratada deverá concluir seu trabalho através de relatórios técnicos nos quais será apresentado todo o processo de encaminhamento e discussão, com as sugestões dos atores envolvidos, registros fotográficos e filmagens dos eventos ocorridos, atas de reuniões, listas de presença, fatos e pautas relevantes durante a elaboração do Plano Estratégico.

Será produzido um volume específico contendo os documentos conclusivos aprovados, formatado com todos os textos e imagens relevantes para divulgação e entendimento pleno.

Todos os produtos técnicos da Atividade B – Relatórios Setoriais serão também estruturados em volumes destinados ao registro e divulgação.

O RELATÓRIO FINAL gerará, também, peças de divulgação e difusão pública do PEM-RIG, do PAI e do PODIRG, a implantação de Sistemas de Acompanhamento e Controle do Plano Estratégico do Município de Rio Grande, e de Ações Institucionais correlacionadas, bem como a elaboração de minuta para criação do Projeto de Lei Complementar Municipal, regulamentando o PEM-RIG.

Esses produtos deverão ser entregues aos 360 (trezentos e sessenta) dias desde a contratação, admitindo-se 15 (quinze) dias para revisão e aprovação final pela contratante.

#### **4.6. Eixos “Gestão, coordenação, comunicação, eventos e animação” e “Mecanismos de Consulta Pública”.**



A Contratada constituirá um escritório central na cidade do Rio Grande, onde sediará suas atividades. Nele haverá condições de trabalho para as equipes e estruturas permanentes, conforme descrito no item 6, assim como para pessoal de presença eventual, como as equipes setoriais, visitantes e técnicos da Metroplan. Haverá também espaços de reuniões equipados para apresentações e trabalhos em equipe.

O escritório se destina à equipe responsável pelas atividades técnicas e de acompanhamento técnico da revisão do plano, com material próprio e despesas ao encargo da contratada. A consultora se responsabilizará pela constituição e manutenção da infraestrutura do escritório, composta de recursos humanos e materiais.

A Prefeitura Municipal deverá designar integrantes do seu quadro funcional para trabalhar em conjunto com a equipe da consultora contratada. O envolvimento de técnicos municipais promove a necessária interação da cultura da administração pública com a equipe externa, além de ser a garantia da aplicação das diretrizes do PEM-RIG, no futuro. Na medida do possível é desejável que o pessoal designado pela Prefeitura possa se afastar temporariamente de suas atividades rotineiras para se dedicar com exclusividade à realização do PEM-RIG.

O escritório deverá propiciar condições para reuniões de uma comissão de acompanhamento (ou conselho gestor) do PEM-RIG, a ser formada, no mínimo, por representantes da Prefeitura Municipal, FURG, METROPLAN, SDPI/AGDI e Superintendência do Porto de Rio Grande. Esta comissão (ou conselho) se destina a acompanhar e aprovar, do ponto de vista técnico, os produtos parciais do trabalho, bem como a desempenhar o papel de assessora superior, quando solicitada.

A participação na comissão (ou conselho) visa à cooperação recíproca e apoio entre os partícipes, para ações de interesse dos órgãos envolvidos, especialmente no que diz respeito à troca mútua de conhecimentos e serviços nas áreas de planejamento territorial, desenvolvimento industrial e atividade portuária, com o aproveitamento de competências técnicas para garantir a utilização adequada dos potenciais e dos recursos investidos pela administração pública.

O escritório central será o “coração” da gestão do Planejamento Estratégico, seja do ponto de vista técnico, seja administrativo. A conexão desse escritório com as equipes da Metroplan e da Prefeitura Municipal será permanente visando a integração entre contratante e contratada, assim como facilitando o acompanhamento do trabalho.

A coordenação constituirá uma Divisão de Divulgação, Animação e Eventos que será responsável por atrair, estimular a participação e manter informada a comunidade. Participará da concepção e condução de todas as atividades públicas. Será responsável por toda a estratégia de comunicação com a sociedade, tanto por vias diretas como Internet, por exemplo, quanto através da mídia. Será responsável por manter um portal do PEM-RIG, permanentemente ativo. Além disso, será responsável pela estruturação e realização dos eventos que venham a ser necessários à conclusão do PEM-RIG, previstos no seu programa de trabalho. Será também responsável pela preparação de material de trabalho para as reuniões e assembleias e toda a imagem visual do Planejamento Estratégico de Rio Grande.



No âmbito das atividades da Divisão será criada uma coordenação de consulta pública responsável por articular as pesquisas de opinião e dar-lhes divulgação. Para essa atividade serão utilizadas intensamente tecnologias WEB com procedimentos de dataminig, utilizando ou criando softwares específicos para a função.

O escritório operará do segundo ao décimo segundo mês do cronograma, acompanhando todas as etapas do plano de trabalho.



## **5. RESULTADOS E CRONOGRAMA**

A elaboração do Plano Estratégico do Município de Rio Grande deverá acontecer em 12 (doze) meses.

Os produtos das etapas deverão ser apresentados em 5 (cinco) vias impressas e 5 (cinco) vias em meio digital. O documento com a versão final de todos os produtos deverá ser apresentado, preferencialmente, em 03 (três) volumes (Vol 1 – PEM-RIG, Vol 2 – PAI e Vol 3 – PODIRG), em 05 (cinco) vias, devidamente encadernadas, dentro das normas técnicas, em papel formato A4. Os mapas – digitais ou digitalizados, devidamente atualizados – devem ser apresentados em formato A4 “orientação retrato” ou em outros tamanhos dobrados em A4 “orientação retrato”. Este documento também deverá ser entregue em meio digital – CD-ROM em 05 (cinco) vias, com os textos em formato universal ou em extensões DOC ou SXW; tabelas em extensões XLS ou SXC; mapas em extensões DWG ou DXF (mapa base) / CDR ou WMF (mapas temáticos e mapas analíticos); arquivos de imagens em JPG ou TIF.

Serão produzidos, no final, um relatório completo, constando de todos os registros de trabalhos e atividades e um relatório síntese para divulgação.

Todo o material produzido, decorrente da execução das atividades, ficará de posse e será propriedade da contratante.

Toda reunião temática, seminário ou audiência será executada em local a ser definido de comum acordo pelas partes e às expensas da Contratada. O material de divulgação, informática, expediente, apresentação e a elaboração de arte de material de apresentação e divulgação também será encargo da contratada.

O cronograma de entrega dos produtos e de execução das atividades, como descrito anteriormente, está formatado em diagrama no Anexo 2.





## **6. EQUIPES**

A elaboração do Plano Estratégico do Município de Rio Grande envolve complexidade técnica que depende da colaboração interdisciplinar de profissionais habilitados e da atuação de equipes especializadas.

Dessa maneira, deve ser composta equipe técnica com a seguinte estrutura:

- EQUIPE PERMANENTE;
- EQUIPE DE APOIO; e
- EQUIPES SETORIAIS E CONSULTORIAS.

### **A) EQUIPE PERMANENTE:**

Para a elaboração dos serviços deve ser estruturada equipe permanente para coordenação e evolução do trabalho. Essa equipe, constituída de profissionais em diversas áreas, sob a coordenação de arquitetos e urbanistas, será mobilizada integralmente no escritório a ser montado pela CONTRATADA. Tal equipe deverá ter disponibilidade para atendimento à CONTRATANTE, à comunidade e sociedade organizada, para dirimir dúvidas oriundas do projeto, e deverá organizar administrativa e financeiramente o projeto, dentre outras atividades pertinentes. Tal equipe será também responsável pela organização de pautas, atas, eventos, acompanhamento de reuniões, oficinas, audiências e todos eventos em que for solicitada pela CONTRATANTE.

A constituição dessa equipe compreende a titulação de três coordenadores, sendo um o coordenador geral, outro o coordenador técnico e o terceiro focado nas questões administrativas e de gestão do contrato. Além disso, compreende, também, um gerente de escritório e uma assessoria de comunicação.

Poderão ser acrescentadas novas especialidades técnicas quando da execução dos serviços, conforme necessidade.

### **B) EQUIPE DE APOIO:**

A equipe de apoio compreende uma secretária/auxiliar administrativo e quatro auxiliares/estagiários para suporte aos técnicos da equipe permanente.

### **C) EQUIPES SETORIAIS E CONSULTORIAS:**

Além da equipe permanente e de apoio, serão definidas equipes setoriais e consultorias especializadas, compostas essencialmente da seguinte estrutura: Coordenador Setorial (técnico com larga experiência comprovada na execução de serviços similares-preferencialmente com mestrado/doutorado), equipe de execução técnica (profissionais com formação superior na área de atuação) e equipe de apoio técnico (auxiliares e estagiários).

Cada equipe setorial será responsável pelo envio de informações, montagem de documentos/relatórios, confecção e impressão de documentos.



#### **Equipes técnicas**

As equipes das áreas de ECONOMIA, QUALIDADE DE VIDA, SISTEMA URBANO e AMBIENTE serão responsáveis pelos trabalhos já descritos em 4.2.

#### **Equipe de Organização de Eventos**

Essa equipe será responsável pela realização dos eventos projetados, com organização de eventos, recepcionistas, locação de espaços, segurança, credenciamento, apoio técnico, montagem de *coffee-break*, coquetel de abertura e encerramento, filmagem e fotografia, sonorização, iluminação e demais itens. A estimativa é de dois eventos com aproximadamente 300 participantes, e 3 eventos de oficinas/reuniões intermediários com a comunidade, com pretensão de público de 100 a 200 pessoas e duração de dois dias.

#### **Equipe de Marketing e Divulgação**

A equipe de MKT e Divulgação será responsável por todas as interfaces do Plano Estratégico do Município de Rio Grande e a sociedade durante o tempo de execução. Envolve o Plano de Comunicação cujo objetivo é manter a sociedade informada e mobilizada com relação aos trabalhos em andamento. Da mesma forma, deverá estimular e criar condições de participação, ampliando o número de interessados. Será responsável pela imagem geral, pela identidade visual e pelo formato das publicações. Manterá estreita colaboração com a assessoria de imprensa e será responsável pelo Portal do PEM-RIG na internet, onde também acontecerão pesquisas de opinião, espaços para manifestações e interação.

#### **Equipe de Facilitadores para Eventos e Oficinas**

Essa equipe será responsável pela condução dos trabalhos de grupo durante as oficinas da fase de Elaboração do Plano Estratégico e no Seminário final. Atuará utilizando metodologias de dinâmica de grupos orientados para resultados no trabalho de sala. Também será responsável por todo o planejamento dessas atividades e pelos relatórios de resultados.

## **7. ESTIMATIVA DE CUSTOS – ANEXO 1**

O valor previsto para o cumprimento de todo o plano de trabalho do PEM-RIG é de R\$ 2.227.788,98 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil Reais e noventa e oito centavos), conforme planilha.

## **8. CRONOGRAMA FÍSICO E DE DESEMBOLSOS – ANEXO 2**

## **9. LEGISLAÇÃO EM VIGOR E REFERÊNCIAS TÉCNICAS – ANEXO 3**

Referências: MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Ed. da Furg, 2006.

<http://riograndevirtual.com.br/molhesdabarra/conteudo/perspect.html>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO  
METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional  
Gabinete da Superintendência



# **Plano Estratégico do Município de Rio Grande – RS**

## **PEM-RIG**